

Observatório

DAS DINÂMICAS REGIONAIS DO NORTE

TURISMO NA REGIÃO DO NORTE DE PORTUGAL

EDIÇÃO 2009



CCDRn

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE



Ficha Técnica

Título

Turismo na Região do Norte de Portugal

Edição

Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte (Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Coordenação Técnica e Editorial

Ana Teresa Lehmann

Rui Monteiro

Elaboração Técnica

Paula Lopes

Pedro Figueiredo

Josefina Gomes

Edição 2009

www.ccdr-n.pt | geral@ccdr-n.pt

TURISMO NA REGIÃO DO NORTE DE PORTUGAL

EDIÇÃO 2009

Lista de siglas e acrónimos

AIBT – Acção Integrada de Base Territorial

ANA – ANA - Aeroportos de Portugal, SA

ART – Agenda Regional de Turismo

ASC – Aeroporto Sá Carneiro

BT – Balança Turística

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CED – Centro Mundial de Excelência dos Destinos

CST – Conta Satélite do Turismo

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais

OMT – Organização Mundial do Turismo

ON – Programa Operacional da Região do Norte - Operação Norte

ON.2 – Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013

PDTV - Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro

PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo

PITER – Programa Integrado Turístico de Natureza Estruturante e Base Regional

POE/PRIME – Programa Operacional da Economia/Programa de Incentivos à Modernização da Economia

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

SIED – Sistema de Incentivos à Economia Digital

SIME – Sistema Incentivos à Modernização Empresarial

SIPIE – Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais

SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica

UATC – Unidades de Alojamento Turístico Colectivo

VAB – Valor Acrescentado Bruto

ÍNDICE

Nota introdutória	7
1 - Evolução dos principais indicadores do sector a nível mundial e em Portugal	9
2 - Os principais indicadores do sector a nível regional no contexto nacional	15
2.1 - Caracterização da oferta de alojamento turístico colectivo	17
2.2 - Análise da evolução da oferta	18
2.3 - Caracterização da procura de alojamento turístico colectivo	20
2.4 - Análise da composição e preferências da procura	22
2.5 - Análise da evolução da procura	25
2.6 – Tendências recentes de evolução	27
3 - Caracterização e evolução dos principais indicadores do sector nos destinos turísticos na Região do Norte	30
3.1 - Caracterização da oferta de alojamento turístico colectivo	31
3.2 - Análise da evolução da oferta	32
3.3 - Caracterização da procura	33
3.4 - Análise da composição e preferências da procura	34
3.5 - Análise da evolução da procura	35
3.6 - Uma visão de conjunto	36
4 - A dinâmica recente de investimento no sector – uma análise às políticas públicas de apoio ao turismo no Norte na última década	39
5 – Síntese conclusiva	45
Referências bibliográficas	48

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Receitas, Despesas e Saldo da Balança Turística em Portugal	11
Quadro 2 - Distribuição das Receitas, Despesas e Saldo da BT por país de origem e destino	11
Quadro 3 - Entradas e Saídas de Turistas em Portugal	12
Quadro 4 - Número de dormidas nas UATC no Norte e em Portugal	22
Quadro 5 - Distribuição das dormidas nas UATC no Norte e em Portugal	23
Quadro 6 - Movimento de passageiros nos aeroportos portugueses e no ASC em 2008	24

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Valor acrescentado bruto por NUTS II no alojamento e restauração (2007)	13
Figura 2 - Emprego por NUTS II no alojamento e restauração (2007)	13
Figura 3 - UATC e Capacidade por NUTS II (2008)	16
Figura 4 - UATC por tipologia (2008)	17
Figura 5 - Capacidade das UATC por tipologia (2008)	17
Figura 6 - Variação anual das UATC	18
Figura 7 - Variação anual da capacidade nas UATC	19
Figura 8 - Dormidas nas UATC por NUTS II (2008)	20
Figura 9 - Dormidas nas UATC por tipologia (2008)	21
Figura 10 - Proveitos nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II (2008)	22
Figura 11 - Variação anual das dormidas nas UATC	25
Figura 12 - Variação anual dos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros	27
Figura 13 - Dormidas totais, de residentes e de não residentes nos estabelecimentos hoteleiros em 2008 e no 1.º semestre de 2009 (variação homóloga)	28
Figura 14 - Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros em 2008 e no 1.º semestre de 2009 (variação homóloga)	29
Figura 15 - Estabelecimentos hoteleiros e respectiva capacidade (2007)	31
Figura 16 - Variação anual do número de estabelecimentos hoteleiros	32
Figura 17 - Variação anual da capacidade nos estabelecimentos hoteleiros	33
Figura 18 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (2007)	34
Figura 19 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo o país de residência	35
Figura 20 - Variação anual do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	36
Figura 21 - Indicadores de Hotelaria – Norte (2007)	37
Figura 22 - Indicadores de Hotelaria – Douro, Porto, Minho e Trás-os-Montes (2007)	38
Figura 23 - Investimento apoiado no QCA III pelos Programas POE/PRIME e ON no turismo	41
Figura 24 - Despesa pública aprovada no QCA III pelos Programas POE/PRIME e ON no apoio ao turismo	42

Nota introdutória

O turismo tem vindo a ganhar uma crescente importância na economia mundial, europeia, nacional e da Região do Norte. Consciente dessa importância, o Estado Português conferiu-lhe um estatuto prioritário no actual período de programação (2007-2013), que se traduziu na aprovação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT¹). Esta prioridade foi reproduzida à escala regional, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), em articulação com os principais actores regionais deste sector, através da elaboração da Agenda Regional de Turismo (ART) no âmbito do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte de Portugal, dando sequência, igualmente, à iniciativa “Norte 2015” e às medidas de política de apoio ao sector explicitadas no ON.2 – “O Novo Norte”.

Com este relatório “O Turismo na Região do Norte de Portugal. Edição de 2009”, ao qual se seguirão outros com periodicidade desejavelmente anual, a CCDR-N pretende ir monitorizando a forma como esta prioridade das políticas se traduz, de forma muito concreta, no espaço desta NUTS II e, em termos gerais, impulsionar o debate regional sobre as problemáticas deste sector. Trata-se, também, de mais um trabalho produzido pelo Centro de Avaliação de Políticas e Estudos Regionais, em que se pretende complementar as análises que vêm sendo efectuadas no boletim trimestral “Norte Conjuntura” com abordagens de natureza mais estrutural em relação a certos temas de maior acuidade (i) do ponto de vista das políticas públicas e (ii) face ao actual contexto histórico.

Neste relatório, num primeiro momento, procura-se explicitar as características específicas do turismo enquanto actividade económica. Esta actividade estabelece, como nenhuma outra, uma relação muito estreita com o território. Os serviços por ela produzidos não podem ser exportados no sentido tradicional do termo. Só podem ser fruídos no próprio local de produção. Esta característica, muito específica, acaba por determinar o quadro analítico em que se desenvolve o presente trabalho. Em seguida, para além de se apresentarem alguns dados sobre a relevância deste sector à escala nacional e internacional, pretende-se efectuar uma análise articulada da oferta

¹ Resolução de Conselho de Ministros n.º 53/2007. D.R. I Série. 67 (07-04-04) 2166-2174

(*supply side*) e da procura (*demand side*) turística da Região do Norte. É realizada uma análise da Região no seu conjunto, procurando-se, sempre que possível, as comparações mais relevantes em relação ao País, e aos seus quatro destinos turístico-promocionais (“Minho”, “Porto”, “Douro” e “Trás-os-Montes”). Conclui-se com uma apreciação dos efeitos das políticas públicas, no anterior período de programação (2000-2006), na dinamização do investimento nos diversos sub-espacos regionais.

Privilegiou-se, neste relatório, a comparabilidade da informação estatística em termos temporais e espaciais (recorreu-se, sobretudo, à série de 2002 a 2008 das Estatísticas do Turismo publicadas pelo INE para as comparações entre a Região do Norte e Portugal; e aos Anuários Estatísticos sempre que a análise se revestiu de um carácter intra-regional, embora neste caso só exista informação disponível até 2007). Esta metodologia, mais coerente no que às fontes de informação diz respeito, nem sempre permite uma maior exaustividade na caracterização deste sector na Região do Norte. Estamos cientes desta e de outras insuficiências, que se tentarão colmatar, na medida do possível, em edições posteriores deste documento, cuja periodicidade pretende ser, como se referiu, anual.

I. Evolução dos principais indicadores do sector a nível mundial e em Portugal



I - Evolução dos principais indicadores do sector a nível mundial e em Portugal

A actividade turística tem ganho um peso cada vez maior na economia mundial. Entre 1950 e 2008, o número de turistas (chegadas internacionais de turistas) cresceu de 25,3 milhões para 922 milhões a nível mundial, tendo as receitas deste sector atingido o valor de 642 mil milhões de euros (OMT, 2009). Este crescimento está associado à evolução das condições socio-económicas ao longo deste período registada nalguns países: desenvolvimento dos meios de transporte, aumento do rendimento disponível das famílias, concessão e alargamento do período de férias, aumento da esperança de vida, etc.. A Europa

ocupa um lugar muito importante nesta dinâmica. É responsável por mais de metade das receitas e dos turistas a nível mundial. Dos dez principais destinos turísticos mundiais, seis são europeus, cabendo à França e à Espanha os dois primeiros lugares em chegadas de turistas internacionais. Portugal, segundo a mesma fonte, situa-se (em 2007) como o 20º destino mais procurado a nível mundial, tendo registado, nesse mesmo ano, cerca de 12,3 milhões de entradas de turistas internacionais, mais do que a sua própria população.

Contexto de Análise

A dinâmica do sector do turismo depende, muito mais do que outras actividades económicas, da conjuntura externa e da capacidade de atracção de cada território. Esta capacidade resulta, por sua vez, dos recursos existentes em cada região em termos de património natural, histórico e cultural e da capacidade de os promover e valorizar, ou seja, de os transformar em produtos turísticos. Desta forma, o maior ou menor dinamismo da actividade turística depende não só dos recursos endógenos de cada território como, também, dos recursos humanos e financeiros disponíveis. O nível de desenvolvimento desta actividade deriva, não só das condições socio-económicas de cada região onde se insere como, também, da capacidade de transformação dos seus recursos naturais e construídos em produtos turísticos muito concretos.

A localização dos recursos turísticos determina a localização da actividade numa relação fornecedor/consumidor. Nem a produção pode ser deslocalizada, nem o produto exportado no sentido mais tradicional. Esta característica, exclusiva desta actividade, obriga, também, a uma abordagem distinta, tanto no que respeita à sua análise como à definição de políticas. Grande parte da competitividade deste sector deve-se às características naturais e culturais de cada região e estas não são redistribuíveis. Qualquer política orientada para este sector deverá ter em conta esta dimensão espacial e, portanto, a aposta no reforço da sua competitividade implica, para além de medidas de âmbito sectorial e associadas à sua vertente empresarial, de outras que visem o reforço da competitividade dos próprios territórios, abrangendo o apoio à qualificação territorial e à valorização e promoção regional e local.

As políticas orientadas para este sector, nomeadamente as de natureza regional, têm incentivado, assim, a promoção e a valorização dos recursos turísticos locais. Neste novo período de programação (2007-2013), o turismo foi, de forma explícita, qualificado como sector prioritário para o desenvolvimento económico quer no âmbito nacional, através do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), quer regional, através da Agenda Regional de Turismo, inserida no Pacto para a Competitividade da Região do Norte de Portugal. É, portanto, neste contexto que surge a necessidade de se analisar esta actividade, designadamente, acompanhando o seu crescimento ao nível regional e intra-regional e avaliando o impacto nesta "NUTS II" dos principais instrumentos de política que a ela se destinam.

Quadro 1 - Receitas, Despesas e Saldo da Balança Turística em Portugal

Unidade: milhões de euros

Anos [t]	2005	2006	2007	2008
Receitas [R]	6.199	6.672	7.393	7.440
Despesas [D]	2.454	2.658	2.858	2.939
Saldo [S=R-D]	3.744	4.014	4.534	4.501
Variação $[(S_t - S_{t-1})/S_{t-1}]$	-	7,2%	13,0%	-0,7%

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

O saldo da Balança Turística (receitas menos despesas do turismo na Balança de Pagamentos) em Portugal é, tradicionalmente, positivo, permitindo classificá-lo como país receptor. Em 2008, o seu valor foi de 4,5 mil milhões de euros tendo sofrido uma pequena quebra face a 2007, reflectindo já alguma da instabilidade económica e financeira mundial. Na EU25 este saldo é negativo (importa referir, a este propósito, que a União Europeia é, simultaneamente, o principal espaço económico emissor e receptor).

Quadro 2 - Distribuição das Receitas, Despesas e Saldo da BT por país de origem e destino (2008)

Países de Origem	%	Ordem	Países de Destino	%	Ordem	Saldo	%	Ordem
Reino Unido	22%	1°	Espanha	35%	1°	Reino Unido	30%	1°
França	16%	2°	França	12%	2°	França	19%	2°
Espanha	15%	3°	Reino Unido	10%	3°	Alemanha	14%	3°
Alemanha	11%	4°	Alemanha	7%	4°	Países Baixos	5%	4°

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

No Quadro 2 encontram-se, por ordem decrescente de importância, os países que, em 2008, mais contribuíram para a receita, despesa e saldo da Balança Turística (BT) portuguesa. Com excepção dos Países Baixos, os restantes países, embora não pela mesma ordem, são os mesmos nas três colunas. Os países que mais turistas emitem para Portugal são, também, aqueles que constituem os principais destinos turísticos estrangeiros dos portugueses.

No ano de 2007, registaram-se 23,7 milhões de visitantes (turistas não residentes e excursionistas²), mais 5,1% do que no ano anterior, embora este acréscimo se deva mais ao aumento de turistas não residentes (+9,2%) do que aos excursionistas (+1,1%). O principal mercado emissor de excursionistas para Portugal é a Espanha (99%), que, na sua maioria, entram por fronteira rodoviária, enquanto os turistas não residentes entram, principalmente, por fronteira aérea (mais de 60%) e provêm de Espanha, Reino Unido e França, representando no seu conjunto mais de 55% do total³.

Quadro 3 - Entradas e Saídas de Turistas em Portugal

Unidade: Milhões

Anos [t]	2004		2005		2006		2007	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Entradas [E]	21,1	100,0%	21,2	100,0%	22,6	100,0%	23,7	100,0%
Entradas de turistas não residentes	10,6	50,4%	10,6	50,1%	11,3	50,0%	12,3	51,9%
Por fronteira aérea	5,9	55,3%	6,1	57,7%	6,7	59,5%	7,4	60,3%
Por fronteira rodoviária	4,8	44,7%	4,5	42,3%	4,6	40,5%	4,9	39,7%
Entradas de excursionistas	10,5	49,6%	10,6	49,9%	11,3	50,0%	11,4	48,1%
Saídas [P]	17,1	100,0%	18,1	100,0%	18,4	100,0%	21,0	100,0%
Saídas de turistas residentes	3,9	23,0%	4,0	22,0%	3,8	20,5%	4,4	21,0%
Por fronteira aérea	1,6	39,5%	1,6	41,0%	1,8	46,7%	2,0	44,9%
Por fronteira rodoviária	2,4	60,5%	2,4	59,0%	2,0	53,3%	2,4	55,1%
Saídas de excursionistas residentes	13,2	77,0%	14,1	78,0%	14,6	79,5%	16,6	79,0%
Saldo [S=E-P]	4,0	-	3,1	-	4,2	-	2,7	-

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

A fronteira aérea tem vindo a ser a via mais utilizada para entrada em Portugal, tendo crescido a sua importância face à da fronteira rodoviária. Este facto está estreitamente relacionado com, por um lado, a origem dos turistas que frequentam o nosso país e, por outro, o aparecimento de novas companhias aéreas e, simultaneamente, de novas rotas. No entanto, a informação sobre este tipo de fluxos não está disponível a nível regional, o que limita a análise.

² Entende-se por excursionistas os visitantes que não pernoitam no lugar visitado, embora inclua os passageiros em cruzeiro que permanecem em navios ou em carruagens de caminho-de-ferro, bem como os membros das respectivas tripulações.

³ A informação referida nesta fonte respeita à que foi recolhida em sede do “Inquérito ao Movimento das Pessoas nas Fronteiras” promovido, também, pelo INE, tendo sido suspenso no ano 2008.

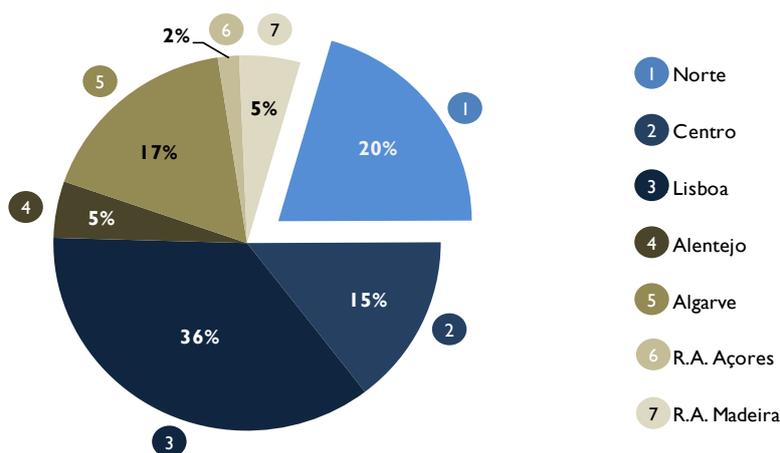


Figura 1 - Valor acrescentado bruto por NUTS II no alojamento e restauração (2007)

Fonte: INE, Contas Regionais

Este sector pode ser analisado numa perspectiva mais específica. Pode ser, por exemplo, analisado através das contas do ramo do “alojamento e restauração” das Contas Regionais (que engloba, grande parte, das actividades características do turismo). Ora, neste ramo, o Norte concentra 20% do VAB e 27% do emprego, valores superiores, por exemplo, aos do Algarve. Todavia, a importância que este ramo assume no VAB e no emprego da economia, globalmente, é de cerca de 4,3% e de 6,3%, respectivamente (dados preliminares de 2007). Na Região do Norte a sua representatividade é de, apenas, 3,1% do VAB e 4,8% do emprego.

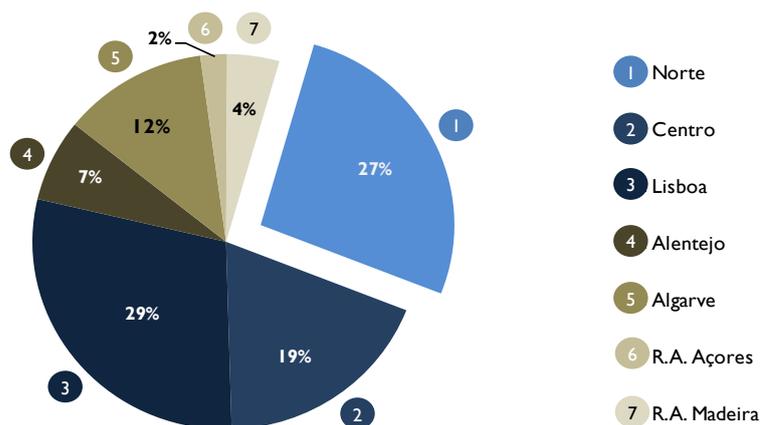


Figura 2 - Emprego por NUTS II no alojamento e restauração (2007)

Fonte: INE, Contas Regionais

Segundo os dados da Conta Satélite do Turismo (CST) o contributo do sector do turismo para o VAB da economia nacional em 2007 foi de cerca de 5,1%, tendo tido

em 2008 um crescimento nominal moderado de 1,1%, situando-se nos 7,1 mil milhões de Euros (INE, 2009: 21). Ao nível do emprego esse contributo atingiu os 8% (75% dos quais apresentam um nível de escolaridade primária e mais de 60% têm mais de 35 anos). Trata-se de valores ligeiramente diferentes dos referidos no parágrafo anterior, uma vez que através dessa CST, são englobadas componentes de outras actividades correlacionadas com o turismo (INE, 2003: 11).

2. Os principais indicadores do sector a nível regional no contexto nacional



2 - Os principais indicadores do sector a nível regional no contexto nacional

Pretende-se, neste capítulo, efectuar uma breve síntese sobre o comportamento do turismo no Norte de Portugal, realçando, sempre que possível, as suas especificidades face ao contexto nacional.

2.1 - Caracterização da oferta de alojamento turístico colectivo

Segundo os dados mais recentes das estatísticas do turismo, a Região do Norte concentra 29% das unidades de alojamento turístico colectivo (UATC)⁴, aparecendo, assim, como a Região que maior número de unidades de alojamento dispõe em Portugal. No que respeita à capacidade de alojamento, ou seja, ao número de indivíduos que as unidades permitem alojar, o peso relativo do Norte é de, apenas, 17% do total nacional. Estes dois indicadores, em conjunto, revelam que nesta Região a dimensão das unidades de alojamento é bastante inferior à média nacional.

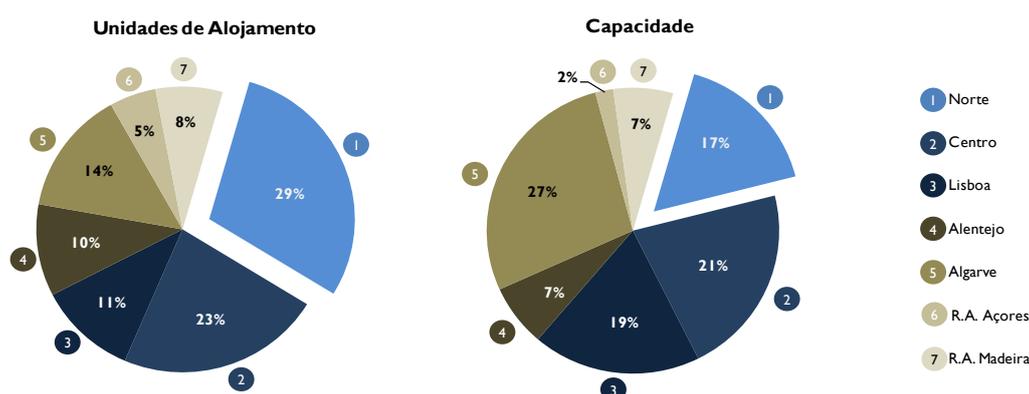


Figura 3 - UATC e Capacidade por NUTS II (2008)

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Da análise da composição desta oferta por tipologias de alojamentos, realça-se a predominância das unidades ligadas à hotelaria tradicional e das unidades de turismo em espaço rural, representando, em conjunto, mais de 90% do número de estabelecimentos em Portugal. Na Região do Norte, a oferta de alojamento turístico assume alguma especificidade face a este padrão nacional. Destaca-se a forte concentração de estabelecimentos de turismo no espaço rural (46% destas unidades localizam-se no Norte), revelando um activo aproveitamento das potencialidades regionais ao nível do património rural instalado. As medidas de apoio ao financiamento

⁴ Esta classificação compreende os estabelecimentos hoteleiros, os parques de campismo, as colónias de férias, as pousadas da juventude e o turismo em espaço rural.

de projectos de intervenção, valorização e recuperação do património rural contempladas nos últimos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) terão contribuído, porventura, para o aumento da oferta deste tipo de alojamento⁵.

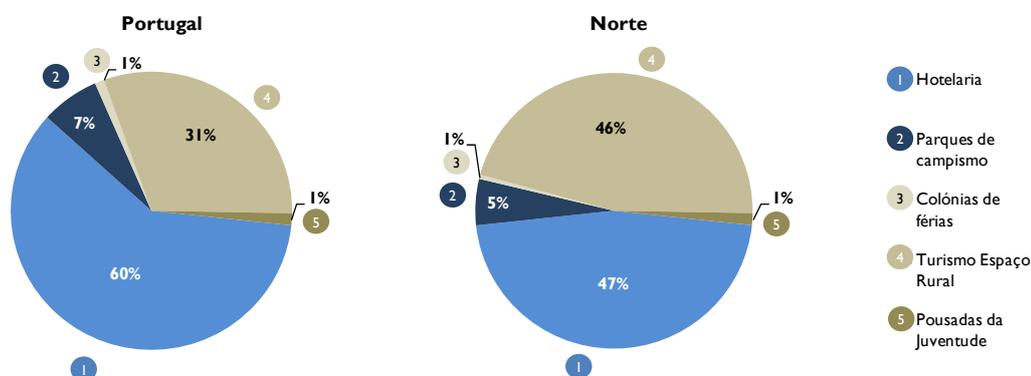


Figura 4 - UATC por tipologia (2008)
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Quanto ao nível da capacidade de alojamento de cada uma das tipologias em análise e à forma como essa capacidade se distribui, tanto em termos globais como, especificamente, no caso da Região do Norte, as principais conclusões são bastante semelhantes. A hotelaria é a tipologia que revela maior capacidade de alojamento. Destaca-se, também, a importância que os parques de campismo assumem neste indicador, principalmente no Norte. As unidades de turismo em espaço rural, comparativamente com as restantes tipologias, têm um peso puramente residual na capacidade de alojamento do País e da Região, dado que se caracterizam pela sua muito reduzida dimensão.

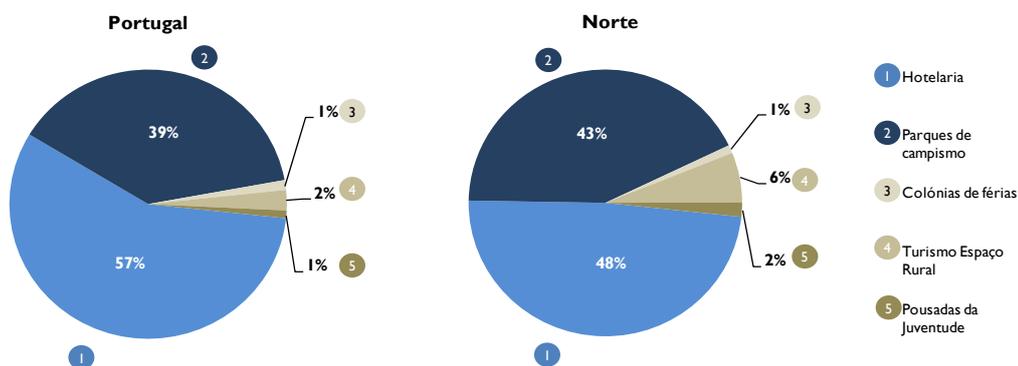


Figura 5 - Capacidade das UATC por tipologia (2008)
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

⁵ Esta questão merecerá uma análise mais detalhada no capítulo 4 deste documento.

2.2 - Análise da evolução da oferta

Considera-se, nesta análise, o período 2002 a 2008. Por razões metodológicas não foi possível recuar aos anos anteriores a 2002, uma vez que, segundo o INE (2004: 3), nesse ano ocorreu uma alteração significativa na metodologia utilizada para o apuramento das variáveis relevantes, inviabilizando a sua comparação imediata com os valores publicados em edições anteriores.

A análise da evolução dos indicadores do sector, ao longo deste período, evidencia alguma tendência de reforço da importância da Região do Norte no contexto nacional.

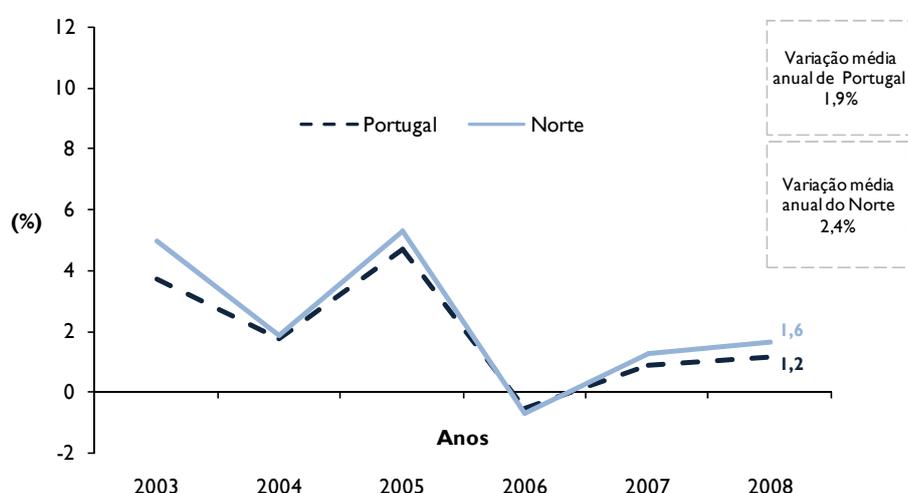


Figura 6 – Variação anual das UATC

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

O desempenho do Norte acompanha o registado a nível nacional, no que diz respeito ao crescimento do número de unidades de alojamento turístico colectivo. Mesmo assim, a taxa de crescimento média anual do número de unidades de alojamento turístico colectivo é ligeiramente maior no Norte (2,4%) do que a nível nacional (1,9%). Saliencia-se, a este propósito, o ano de 2005, por ser aquele em se que regista a maior taxa de crescimento, provavelmente como resultado, ainda, dos investimentos promocionais (materiais e imateriais) realizados a propósito do Campeonato Europeu de Futebol que se realizou em Portugal no ano de 2004 (EURO 2004).

De uma maneira geral, todas as tipologias em análise (com excepção das colónias de férias), tanto na Região do Norte como no País, reforçaram a sua base de oferta turística, através do aumento do número de unidades de alojamento turístico

colectivo. As unidades de turismo em espaço rural foram responsáveis pelo crescimento registado a nível nacional (50%) e na Região (67%). Os estabelecimentos hoteleiros explicam, por sua vez, 40% e 22% do crescimento total verificado a nível nacional e regional, respectivamente, tendo as restantes tipologias contribuído apenas residualmente para esse mesmo crescimento (com excepção das colónias de férias, que reduziram a sua base de oferta).

Destaca-se o acréscimo registado no número de pousadas da juventude que, tanto ao nível nacional como regional, duplicaram o número de unidades. Trata-se, no entanto, de um tipo de alojamento que tem uma importância muito reduzida no contexto global, representando, apenas, 1% do total de unidades de alojamento turístico colectivo.

O efeito deste crescimento é mais notório ao nível da capacidade de alojamento. Na Região do Norte este reforço foi bastante superior ao verificado a nível nacional, com maior visibilidade no ano de 2005.

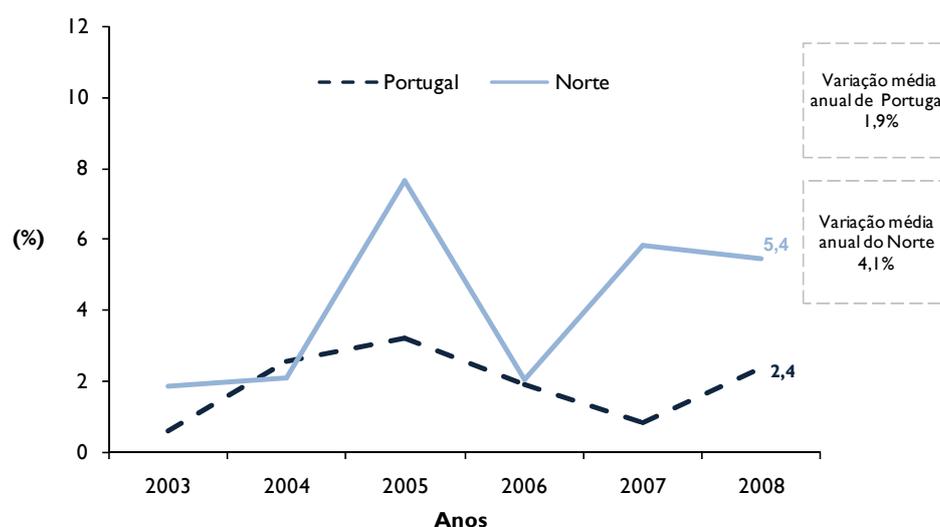


Figura 7 - Variação anual da capacidade nas UATC

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Com excepção das colónias de férias, decorrente, provavelmente, do encerramento de algumas unidades, todas as restantes tipologias reforçaram a sua capacidade instalada, tendo sido as de maior dimensão, como é o caso dos estabelecimentos hoteleiros, que maior impacto tiveram no aumento da capacidade de alojamento. A nível nacional, cerca de 67% deste acréscimo é da responsabilidade dos estabelecimentos hoteleiros e 27%, aproximadamente, dos parques de campismo. A nível regional, 50% do

crescimento total é explicado pelo aumento das unidades de turismo em espaço rural e 44% pelo acréscimo dos estabelecimentos hoteleiros.

2.3 - Caracterização da procura de alojamento turístico colectivo

A dimensão da procura turística, ao nível regional, apenas se pode determinar de forma indirecta. Existem dados divulgados relativos à entrada e saída de turistas no País; porém, não se encontra disponível essa mesma informação à escala regional. Apenas os resultados dos inquéritos à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria, parques de campismo, colónias de férias e pousadas da juventude e turismo em espaço rural permitem uma análise regional. Esta abordagem regional à distribuição da procura turística terá, então, como referência a informação respeitante aos hóspedes e às dormidas registadas nas unidades de alojamento turístico colectivo.

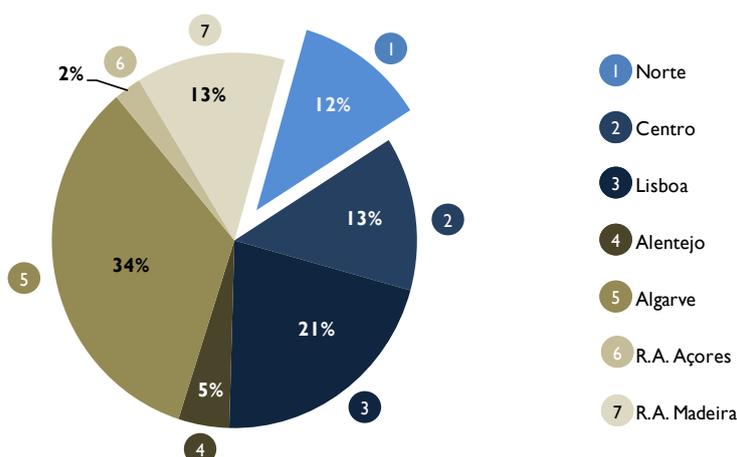


Figura 8 - Dormidas nas UATC por NUTS II (2008)
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Da análise da distribuição regional do total de dormidas, emerge a importância das regiões do Algarve e Lisboa reforçando, assim, a sua importância no contexto nacional face aos indicadores relativos às condições de oferta já descritas no ponto anterior (número de unidades e capacidade). São, tradicionalmente, os principais destinos turísticos de Portugal e esse facto reflecte-se nos níveis de ocupação registados nos alojamentos e na capacidade de gerar receitas, que são, para estas regiões, bastante acima da média nacional. É, também, aqui que se localizam os produtos turísticos de maior procura e mais consolidados, como é o caso do turismo de “sol e mar”, no

Algarve e Madeira, e do turismo de “negócios” e “histórico-cultural”, em Lisboa. Esta forte capacidade de atracção destas regiões deve-se, fundamentalmente, não só às suas características naturais e culturais mas, também, às de natureza organizativa, o que as torna, deste ponto de vista, melhor sucedidas que as restantes.

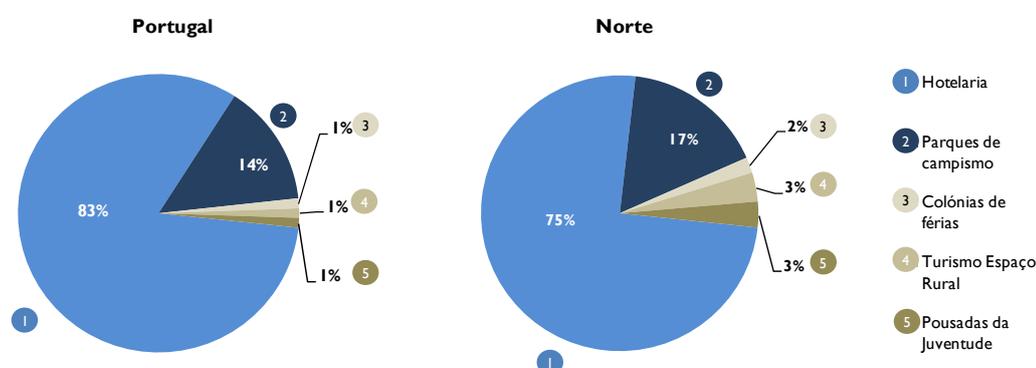


Figura 9 - Dormidas nas UATC por tipologia (2008)

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

A hotelaria é o tipo de alojamento preferido pelos turistas, tanto a nível nacional como regional. Embora em muito menor escala, os parques de campismo são a segunda escolha, assumindo as restantes tipologias uma importância quase residual no total de dormidas. Esta conclusão ao nível da procura encontra-se alinhada com a representatividade destas unidades em termos de capacidade de oferta.

A especificidade revelada no Norte ao nível da oferta instalada de unidades de turismo em espaço rural não tem uma tradução quando a análise é efectuada do lado da procura. Continua a ter um peso relativo (3%) superior ao peso que esta procura assume no contexto nacional (1%). No entanto, a sua expressão é muito pouco significativa, resultante de taxas de ocupação mais baixas e de períodos de permanência mais curtos, quer neste tipo de unidades, quer nesta Região de uma maneira geral.

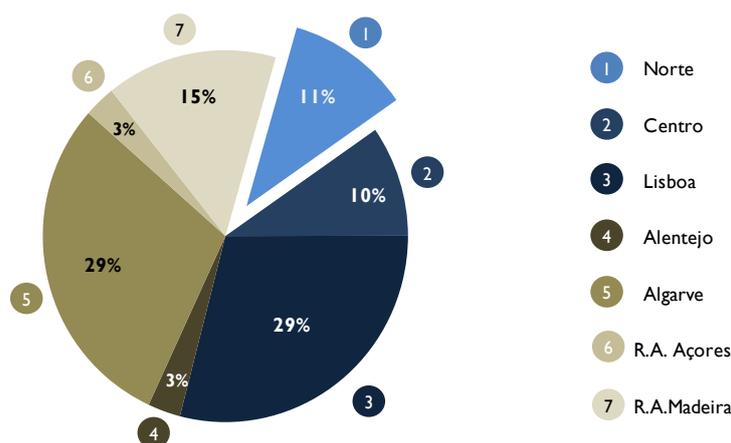


Figura 10 - Proveitos nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II (2008)
 Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

No que diz respeito aos proveitos totais⁶, destacam-se as regiões de Lisboa e do Algarve, como seria de esperar. Este facto indicia uma diferenciação ao nível dos preços médios praticados nestas regiões, superiores à média nacional.

Neste contexto, o posicionamento do Norte no todo nacional é manifestamente insuficiente e desfavorável, face ao potencial turístico desta Região. Tanto ao nível das dormidas como dos proveitos totais tem menos relevância da que é expressa pelos indicadores da oferta.

2.4 - Análise da composição e preferências da procura

Distingue-se, nesta análise, a procura interna da procura externa, considerando-se como o mercado interno as dormidas de residentes em Portugal e como o mercado externo as dormidas de residentes no estrangeiro.

Quadro 4 - Número de dormidas nas UATC no Norte e em Portugal (2008)

Unidade: Milhares

Dormidas	Norte		Portugal	
	n.º	%	n.º	%
Total	5.513	100%	47.841	100%
De residentes em Portugal	3.347	61%	19.483	41%
De residentes no estrangeiro	2.166	39%	28.358	59%

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo e cálculos próprios

⁶ Esta variável refere-se apenas à hotelaria, não se encontrando divulgada a informação respeitante às restantes tipologias.

A situação verificada a nível nacional é bastante contrastante com a que se passa ao nível do Norte. Enquanto ao nível do País cerca de 60% das dormidas se devem a hóspedes residentes no estrangeiro, na Região do Norte a procura é dominada em mais de 60% por residentes. De qualquer modo, tanto uns como outros preferem a hotelaria (92% dos estrangeiros e 67% dos residentes em Portugal preferem dormir em hotéis; no Norte esta proporção é, respectivamente, de 85% e de 72%).

Quadro 5 - Distribuição das dormidas dos residentes no estrangeiro nas UATC no Norte e em Portugal (2008)

Dormidas Países	Norte		Portugal	
	%	Ordem	%	Ordem
Espanha	27,9%	1º	12,2%	3º
França	13,9%	2º	7,1%	5º
Alemanha	8,5%	3º	13,9%	2º
Reino Unido	7,6%	4º	26,8%	1º
Brasil	6,5%	5º	2,6%	8º
Itália	6,4%	6º	3,6%	7º
Países Baixos	4,4%	7º	7,9%	4º
Bélgica	3,0%	8º	2,3%	9º
Estados Unidos da América	2,6%	9º	2,1%	10º
Polónia	1,4%	10º	-	-
Irlanda	-	-	3,8%	6º

Fonte: INE, Estatísticas do Turismo e cálculos próprios

A União Europeia é o principal mercado emissor de turistas estrangeiros para Portugal e Região do Norte, representando, respectivamente, 87% e 78% das dormidas. A restante quota de mercado encontra-se dividida por um conjunto de países cuja expressão individual é bastante reduzida.

Uma apreciação por país permite realçar, tal como na análise da Balança Turística, a importância do Reino Unido, da Alemanha, da Espanha, dos Países Baixos, da França e da Irlanda como os principais países emissores de turistas para Portugal. No seu conjunto, estes países representam mais de 70% do mercado externo.

A nível regional, a composição da procura externa não é muito distinta da nacional, apenas diferindo a importância relativa que cada país de origem tem no contexto global. Destaca-se, em particular, a expressão que o mercado espanhol tem na procura

turística destinada à Região do Norte, medida através do número de dormidas nas unidades de alojamento colectivo.

Já foi referido anteriormente que a fronteira aérea é a via mais utilizada pelos turistas não residentes para entrada em Portugal. Uma vez que este tipo de informação não está disponível ao nível regional, apresentam-se, deste modo, alguns dados sobre o movimento de passageiros nos aeroportos. Trata-se de um indicador que deve ser interpretado com a devida prudência, pois, como é evidente, nem todo o tráfego é exclusivamente turístico. Não deixa, contudo, de ser interessante verificar que os principais países de origem e destino de passageiros coincidem, tanto a nível regional, como nacional, com a distribuição observada por país de residência nas dormidas, nos alojamentos turísticos colectivos, assim como, com os resultados apurados através da Balança Turística.

Quadro 6 - Movimento de passageiros nos aeroportos portugueses e no ASC em 2008

Unidade: Milhares

Movimento de Passageiros	ASC		Aeroportos Portugueses	
	n.º	%	n.º	%
Total	4.536	100%	24.882	100%
Portugal	757	17%	3.986	16%
Estrangeiro	3.779	83%	20.896	84%
Países	%	Ordem	%	Ordem
França	18%	1º	11%	3º
Espanha	13%	2º	14%	2º
Alemanha	11%	3º	11%	4º
Reino Unido	11%	4º	23%	1º

Fonte: ANA, Estatísticas de Tráfego

O único aeroporto internacional localizado na Região do Norte, Aeroporto Sá Carneiro (ASC), movimentou, em 2008, mais de 4,5 milhões de passageiros, o que corresponde a 18,2% do tráfego total de passageiros registado a nível nacional. Aliás, desde 2004 que esse movimento tem crescido a uma taxa média anual de cerca de 12% (quase o dobro do ritmo de crescimento nacional), correspondendo, em valor absoluto, a um acréscimo de mais de 1,65 milhões de passageiros, 35% dos quais transportados por “low cost” que operam neste aeroporto e que, no total, são responsáveis por mais de 40% do tráfego.

2.5 - Análise da evolução da procura

Até 2007 a Região do Norte registou um acelerado crescimento tanto ao nível das dormidas como dos proveitos totais, atingindo o seu máximo em 2005, simultaneamente no Norte e no País como um todo. O comportamento da procura no ano 2008 reflecte já as consequências da crise económica e financeira mundial, com reflexos nos principais mercados emissores de turistas para Portugal (Espanha, Alemanha e Reino Unido; no caso do Reino Unido, com a agravante de a Libra se ter desvalorizado face ao Euro cerca de 21% nos últimos dois anos). Assim, esta crise, que se traduziu já em quebras significativas de rendimento, não deixou de se fazer sentir neste sector.

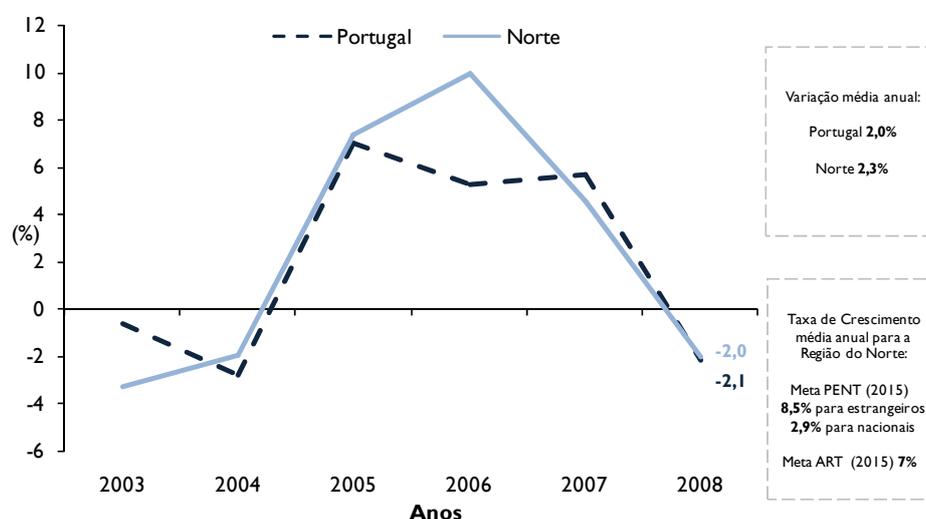


Figura 11 – Variação anual das dormidas nas UATC
Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

A variação assinalada nas dormidas resulta, essencialmente, das variações registadas na hotelaria, uma vez que se trata, como já foi referido, da tipologia mais utilizada pela maior parte dos turistas.

Salienta-se, todavia, numa análise individual por tipologia, que as pousadas da juventude foram aquelas que registaram as maiores taxas de crescimento. Contudo, dada a sua reduzida capacidade de alojamento, esta evolução não tem grande expressão na dinâmica da procura global.

No Norte esta evolução deve-se, fundamentalmente, à procura registada na hotelaria e, em menor escala, nas pousadas da juventude. Nas restantes tipologias o saldo do período foi negativo, ou quase nulo, como no caso do turismo em espaço rural. Este

resultado menos favorável deve-se, fundamentalmente, à evolução do último ano (2008). De qualquer modo, o crescimento da procura registado na hotelaria e nas pousadas da juventude foi de tal modo superior ao registado ao nível nacional, nessas mesmas tipologias, que contribuiu para que a média deste indicador no Norte (2,3%) tenha ultrapassado a média nacional (2%).

Para a Região do Norte, as taxas médias anuais programadas, até 2015, pelo PENT (MEI, 2009:51) – respectivamente, 8,5% e 2,9%, para estrangeiros e nacionais - e ART (7%) são superiores às registadas durante o período em análise (2002-2008). Trata-se de documentos de planeamento de políticas concluídos, respectivamente, em 2007 e 2008 e, como tal, as estimativas apresentadas já pretendem incorporar os efeitos dessas mesmas políticas. Mesmo assim, se se assumisse como referência destas previsões para a Região do Norte a média registada entre 2005-2007 (7,2%), verificamos que as previsões são bastante realistas. Não prevêem uma aceleração do crescimento mas a manutenção da actual taxa de crescimento, que já é, face ao período anterior (2002-2005), elevada.

Agenda Regional do Turismo	
	<p>Do Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte consta, especificamente, uma Agenda Regional de Turismo (ART). Trata-se, na prática, de um Plano de Acção, elaborado pela CCDR-N em articulação com os principais agentes regionais deste sector, que visa “posicionar o Norte de Portugal como uma das regiões de maior crescimento turístico no país, através de um processo de desenvolvimento sustentável baseado na Qualificação, na Excelência e na Competitividade e Inovação da sua oferta turística, transformando o Turismo como um factor de desenvolvimento e diversificação da economia regional” (Fazenda <i>et al.</i>, 2008:81).</p>

Situação idêntica se passa ao nível da variação anual dos proveitos registados na hotelaria desde 2002 (uma vez que não é divulgada informação para as restantes tipologias). A sua evolução é um pouco irregular mas, desde 2005, o seu crescimento tem sido superior à média nacional. Também, neste caso, as metas PENT (11%) e ART (12%) para a Região do Norte são exigentes, quando comparadas com as taxas de variação do período em análise (2002-2007). No entanto, são compagináveis com, por exemplo, o desempenho regional registado no período 2005-2007 (12,5%).

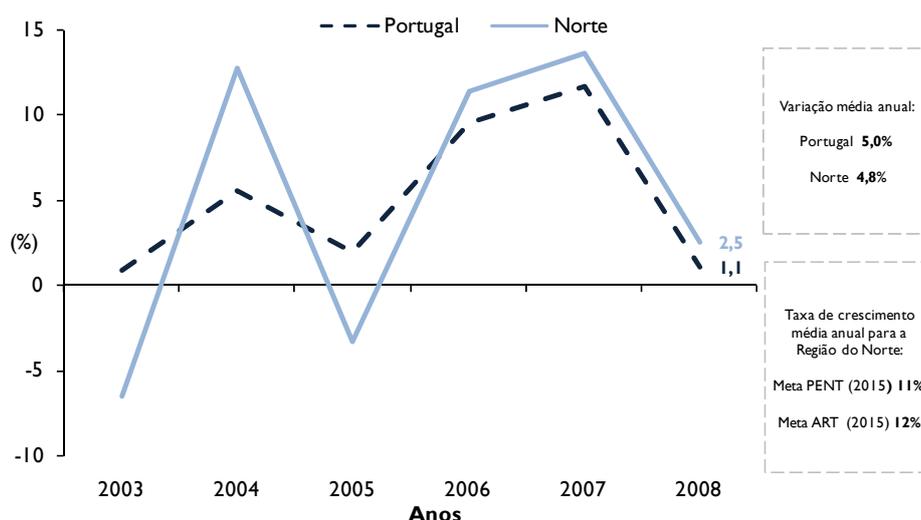


Figura 12 – Variação anual dos proveitos nos estabelecimentos hoteleiros
 Fonte: INE, Estatísticas do Turismo

Em conclusão, de uma maneira geral, a dinâmica da procura no Norte acompanha a tendência nacional. Contudo, a amplitude das variações é sempre superior, quer seja no sentido positivo, quer negativo. Esta característica é reveladora de alguma dificuldade da Região na capacidade de fidelizar clientes e, deste modo, reduzir a instabilidade da procura e, conseqüentemente, das receitas originadas por este sector. Porventura, a Norte, este sector é mais sensível à evolução da conjuntura do que nas principais regiões turísticas de Portugal. Por fim, as metas PENT e ART para a Região do Norte, embora exigentes, encontram-se sustentadas, no momento em que foram definidas, na trajectória mais recente deste sector nesta NUTS II.

2.6 Tendências recentes de evolução

O turismo é uma actividade económica muito sensível à evolução da conjuntura interna e, principalmente, externa. As implicações da crise mundial, eventualmente agravadas agora, em 2009, com o aparecimento da Gripe A, são visíveis nos indicadores da procura turística. Os dados já disponíveis para o primeiro semestre revelam esta tendência negativa.

De uma maneira geral, o comportamento da procura no primeiro semestre de 2009, ao nível das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, evidencia uma queda face ao período homólogo, agravando a tendência que já se fazia sentir desde o início de 2008. Esta evolução deve-se à quebra registada na procura externa dos hóspedes não

residentes. A procura turística por parte dos residentes (procura interna) revelou-se positiva, embora não tenha sido suficiente para compensar as diminuições registadas mensalmente. As variações ocorridas nos meses de Março e Abril de 2009 são agravadas pelo efeito que decorre do desfasamento das datas em que ocorreu a Páscoa em cada um dos anos em análise (em Março, em 2008 e em Abril, em 2009).

A quebra da procura a nível regional foi menos acentuada, neste primeiro semestre, que no País, registando já no mês de Junho um comportamento positivo, facto que ainda não se verifica a nível nacional.

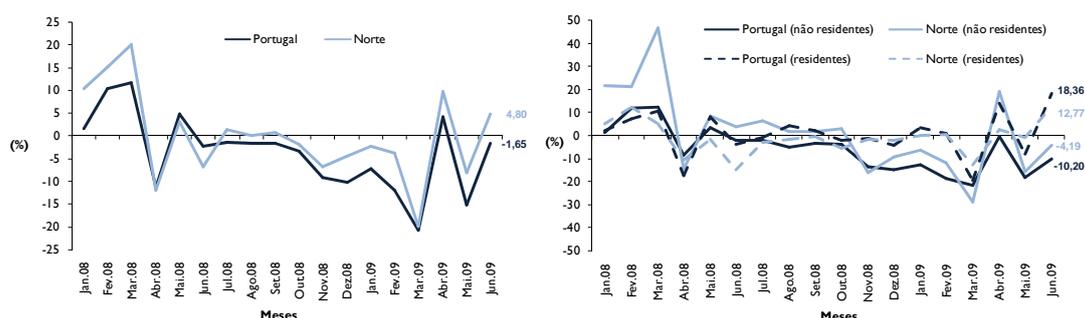


Figura 13 – Dormidas totais, de residentes e de não residentes nos estabelecimentos hoteleiros em 2008 e no 1.º semestre de 2009 (variação homóloga)

Fonte: INE, Destaque, Actividade Turística

As implicações da quebra da procura em volume começam a fazer-se sentir em valor em meados de 2008. Os decréscimos registados nos proveitos são, então, mais acentuados que os verificadas ao nível das dormidas. Este fenómeno está intrinsecamente associado à diminuição da procura externa (turistas estrangeiros) que, naturalmente, se caracteriza por estadias mais prolongadas e preferência por alojamentos de qualidade superior.

A evolução deste indicador na Região do Norte apesar de ser também negativa, à semelhança da verificada a nível nacional, é, no entanto, mais ligeira, contribuindo para isso, em grande medida, o facto de esta procura integrar uma maior componente interna (turistas residentes), que se manteve quase sempre em crescimento durante este período.

TURISMO NA REGIÃO DO NORTE DE PORTUGAL

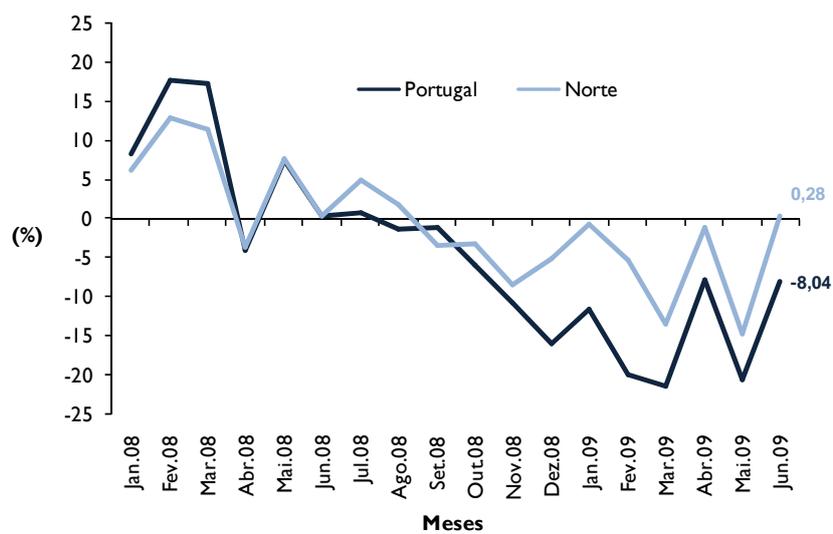


Figura 14 – Proveitos totais nos estabelecimentos hoteleiros em 2008 e no 1.º semestre de 2009 (variação homóloga)

Fonte: INE, Destaque, Actividade Turística

3. Caracterização e evolução dos principais indicadores do sector nos destinos turísticos na Região do Norte



3 - Caracterização e evolução dos principais indicadores do sector nos destinos turísticos na Região do Norte

Apresenta-se, agora, uma análise da actividade turística ao nível intra-regional, considerando-se, para este efeito, as sub-áreas turístico-promocionais – destinos turísticos - designadas como “Porto”, “Minho”, “Douro” e “Trás-os-Montes”⁷. Esta abordagem tem como referência fontes estatísticas diferentes das utilizadas anteriormente, pelo que os dados não são directamente comparáveis⁸ com os que são apresentados no capítulo anterior, para além do facto de 2007 ser o último ano com dados disponíveis.

3.1 - Caracterização da oferta de alojamento turístico colectivo

O destino “Porto” assume, no contexto regional, uma maior preponderância em matéria de recursos turísticos. Concentra, por exemplo, não só a maior parte dos alojamentos como, também, é aqui que se localizam os de maior dimensão. Em conjunto com o “Minho”, reúnem cerca de 80% da capacidade de oferta regional, remetendo “Trás-os-Montes” e o “Douro” a uma expressão mais reduzida.

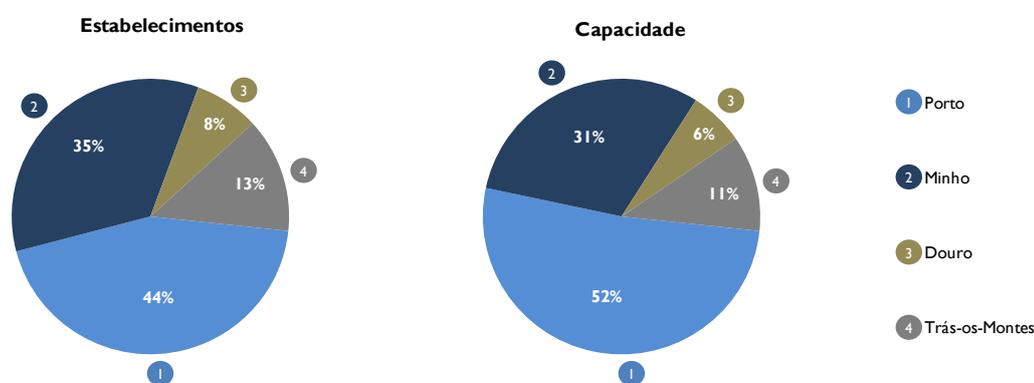


Figura 15 - Estabelecimentos hoteleiros e respectiva capacidade (2007)

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte, 2007

⁷ Os dados apresentados por sub-áreas turístico-promocionais resultam de uma agregação por NUTS III e não por concelho, uma vez que muitos dos dados por concelho são considerados como confidenciais e, portanto, não se encontram disponíveis. Esta é uma limitação de análise que não pode deixar de ser sublinhada. As sub-áreas não correspondem, exactamente, às NUTS III ou respectivos agrupamentos.

⁸ As “Estatísticas do Turismo”, divulgadas pelo INE, não apresentam dados espacialmente mais desagregados que as NUTS II. Assim, neste capítulo a análise tem como referência a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais, elaborados pelo INE, que dispõem de informação mais desagregada em termos territoriais.

Releva, no entanto, o facto de não se incorporarem, nesta análise, as restantes tipologias⁹ para além das consideradas na hotelaria tradicional, nomeadamente, os parques de campismo e as unidades de turismo em espaço rural, que são tipologias com forte representatividade no Norte.

3.2 - Análise da evolução da oferta

Durante o período em análise, a taxa de crescimento média anual do número de estabelecimentos hoteleiros na Região do Norte, globalmente, é de 1,1%, correspondendo a 25 novas unidades. Com excepção do “Douro”, que apresenta um saldo nulo no final deste período, todos os restantes destinos turísticos registam um aumento do número de estabelecimentos hoteleiros. O “Minho” apresenta, mesmo, a maior taxa de crescimento média anual dos quatro destinos, com 13 novas unidades (que representam mais de 50% da variação regional registada), sendo, ainda, o único destino que durante este período apresenta variações sempre positivas, embora a sua variação máxima seja atingida, apenas, em 2007.

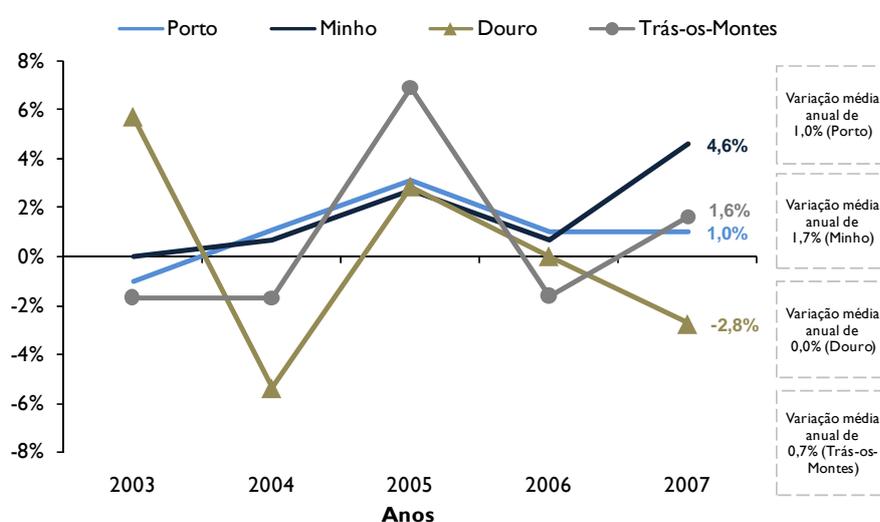


Figura 16 - Variação anual do número de estabelecimentos hoteleiros
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte

Salienta-se 2005 como o ano em que o crescimento atingiu o seu máximo, tanto a nível regional como em quase todas as sub-áreas, provavelmente, como resultado, ainda, dos investimentos realizados a propósito do Campeonato Europeu de Futebol que se realizou em 2004 em Portugal.

⁹ A informação divulgada pelo INE, nesta matéria, não incorpora os dados respeitantes a essas tipologias.

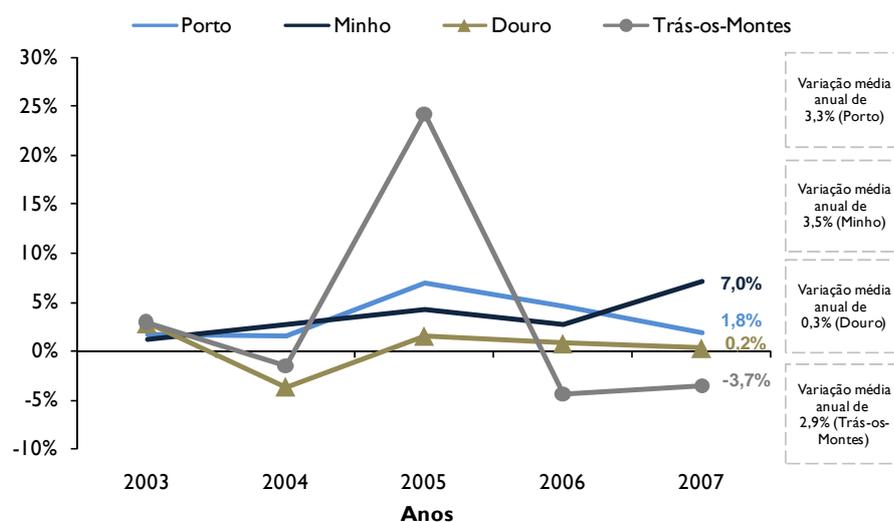


Figura 17 - Variação anual da capacidade nos estabelecimentos hoteleiros
 Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte

Em termos de capacidade (número de camas existentes em cada unidade), o acréscimo é mais expressivo do que o registado ao nível dos estabelecimentos, revelando a existência de investimentos em unidades de maior dimensão do que as já instaladas. A taxa média anual regional foi de 3,1%, devido, em especial, ao desempenho do “Minho” e do “Porto”, onde se registaram as maiores taxas de crescimento. Destaca-se, mais uma vez, o ano de 2005, em particular em “Trás-os-Montes”, com, face ao ano de 2004, um aumento de quase 25% da capacidade instalada. Este desempenho está, muito possivelmente, associada ao recente investimento realizado em Chaves pela empresa VMPS – Águas e Turismo, SA..

3.3 - Caracterização da procura

O destaque que o destino “Porto” assume no contexto regional é ainda mais evidente ao nível da procura. Em conjunto com o “Minho”, concentram quase 90% do total de dormidas na Região do Norte.

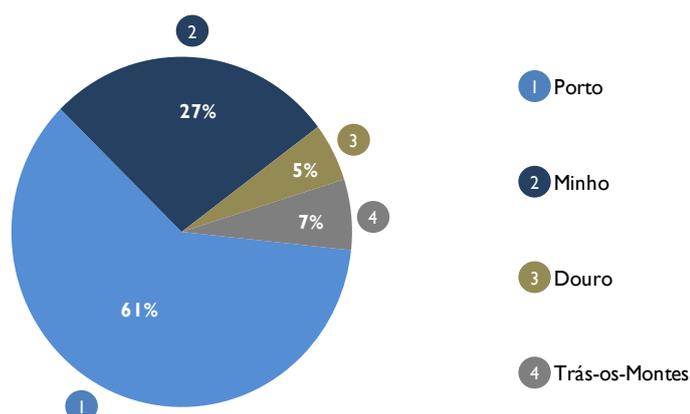


Figura 18 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros (2007)

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte

Reproduzem-se, assim, à escala regional as assimetrias já referidas à escala nacional relacionados com a localização dos produtos turísticos com maior procura. Estas duas sub-áreas, principalmente o “Porto”, parecem responder bem à procura que lhe é dirigida, tanto no segmento de negócios como no segmento de lazer (IPDT, 2008:27).

3.4 - Análise da composição e preferências da procura

A clientela turística do Norte é composta, na sua maioria, por residentes em Portugal. Esta proporção é ainda mais evidente fora do “Porto”. De facto, o “Porto” é o único destino que é mais visitado por estrangeiros (residentes no estrangeiro) do que por residentes nacionais.

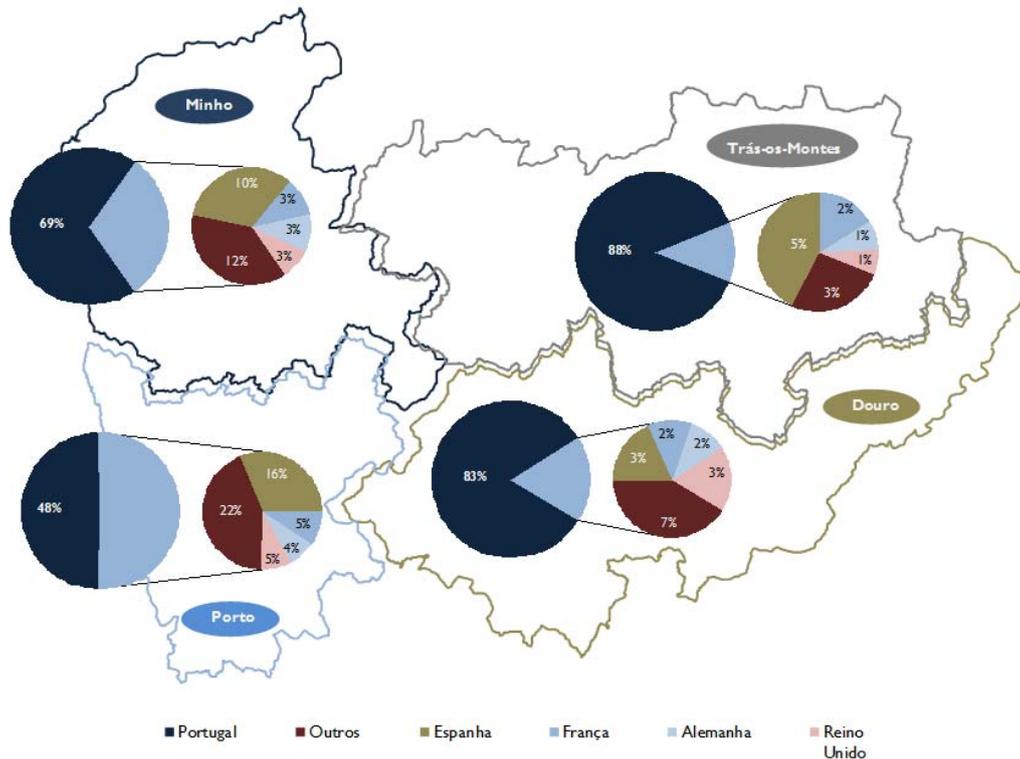


Figura 19 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo o país de residência (2007)

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte e, cálculos próprios

O principal mercado externo do Norte é constituído pelos residentes em Espanha. Mais, com excepção do “Douro”, o mercado espanhol é aquele que apresenta maior expressão no que respeita às dormidas de residentes no estrangeiro nos vários destinos.

3.5 - Análise da evolução da procura

Desde 2002, o número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros tem vindo a crescer. Globalmente, a taxa de crescimento médio anual regional foi de 5,5%, tendo sido no “Porto” e no “Minho” que se registaram os valores mais elevados. Esta dinâmica da procura revela-se, contudo, um pouco mais instável, principalmente no “Douro” e em “Trás-os-Montes”.

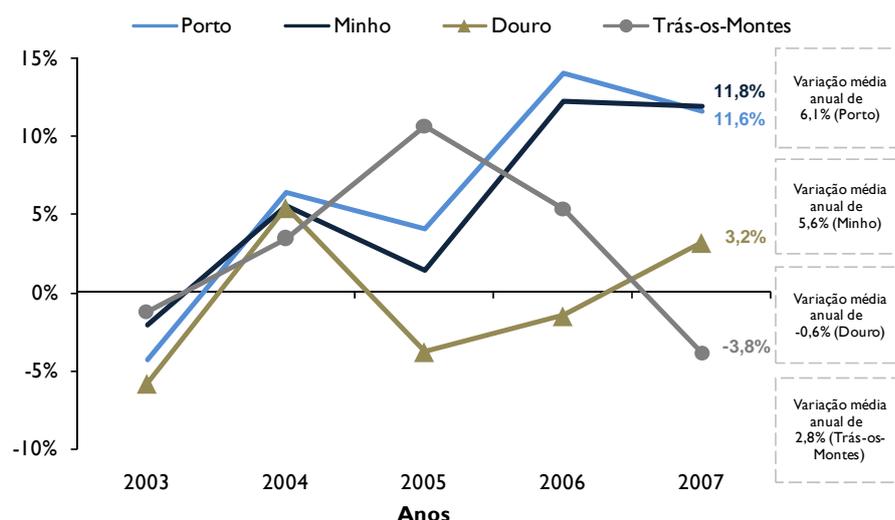


Figura 20 - Variação anual do número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros
 Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte

No ano de 2004, regista-se, no conjunto das sub-áreas, um crescimento da procura, como resultado porventura, ainda da organização do Euro 2004 em Portugal. Destaca-se, em particular, a procura registada em “Trás-os-Montes” no ano de 2005. Todavia, é em 2006 que as taxas de crescimento atingem o seu valor máximo no “Porto” e no “Minho” e, como seria expectável, na Região do Norte no seu conjunto.

3.6 – Uma visão de conjunto

A Região do Norte apresenta, face ao contexto nacional, um padrão de especialização diferente. Mais especializada em certos produtos e com maior preponderância de unidades de pequena dimensão (como é o caso das unidades de turismo em espaço rural). Essa especialização determina, com excepção das dormidas entre Julho e Setembro, menores desempenhos (“Estadia Média”, “Estadia Média por Estrangeiros” e “Taxa de Ocupação”) ao nível da procura (Cfr. Figura 20).

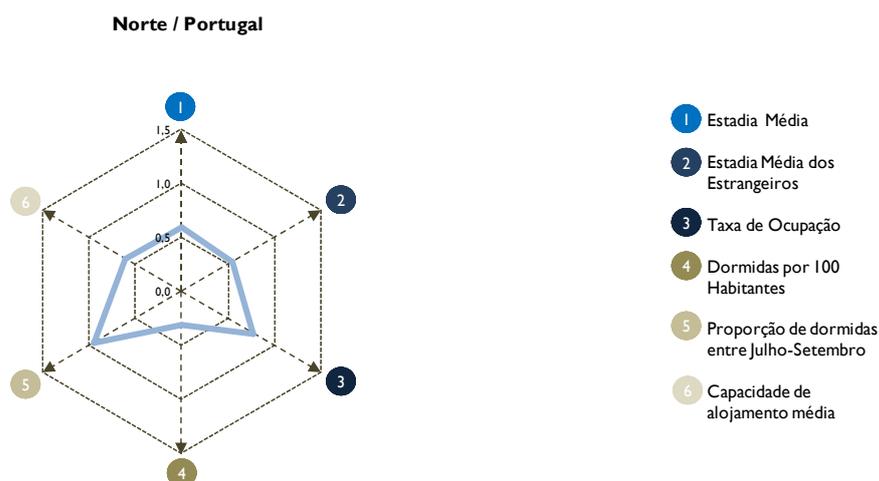


Figura 21 - Indicadores de Hotelaria – Norte (2007)

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte e cálculos próprios

Por sua vez, essa diferenciação resulta, em maior ou menor grau, das especificidades intra-regionais (Cfr. Figura 21).

A esse nível, destaca-se o “Porto” e o “Minho”, ficando aquém desse desempenho o “Douro” e “Trás-os-Montes”. A diferenciação destas sub-áreas, face ao “Porto/Norte de Portugal” no seu conjunto, emerge pela positiva, por exemplo, o “Porto”, o “Minho” e “Trás-os-Montes” no que respeita, respectivamente, às taxas de ocupação e estadas médias, à procura na época de Julho a Setembro e ao peso das dormidas face à população residente.

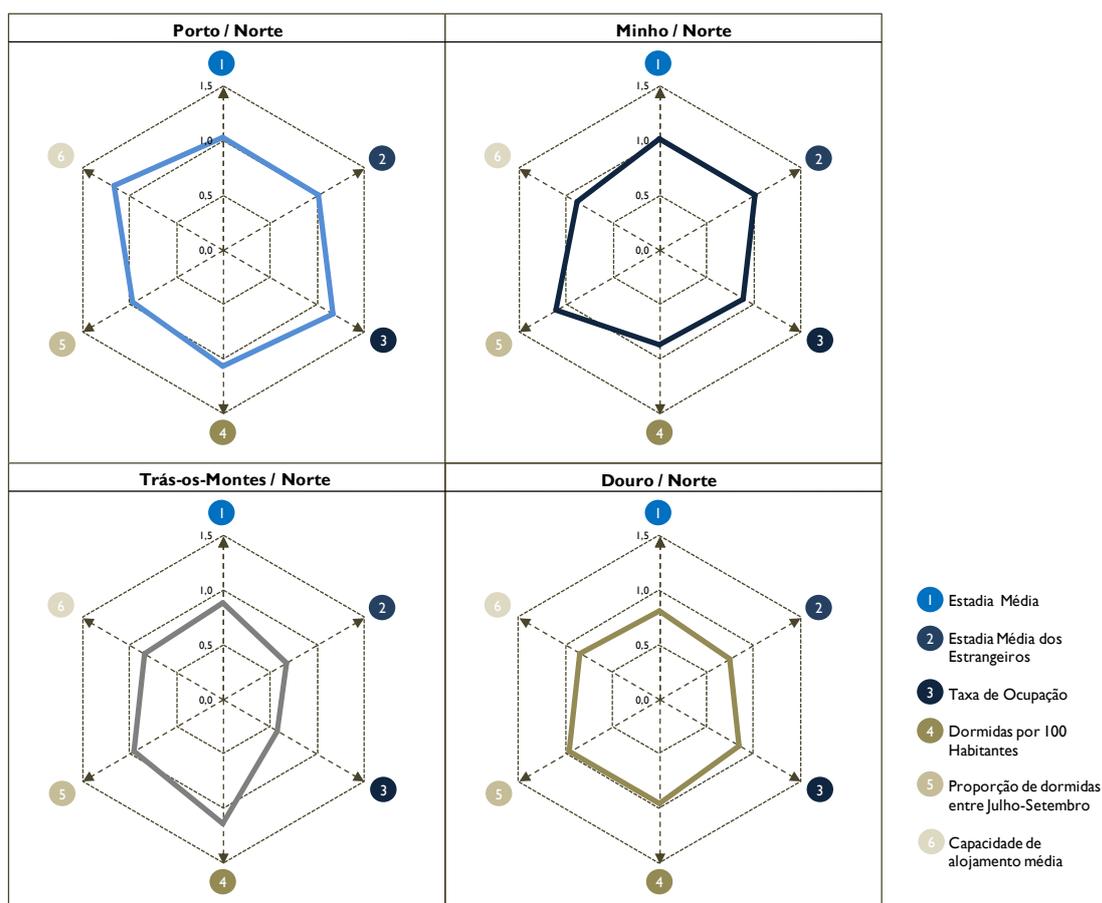


Figura 22 - Indicadores de Hotelaria – Douro, Porto, Minho e Trás-os-Montes (2007)

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Norte e cálculos próprios

Importa, porém, sublinhar que o facto de a informação tratada não incorporar as restantes tipologias de alojamento, para além da hotelaria, pode, de alguma maneira, enviesar ligeiramente estes resultados, penalizando a representação das áreas do interior.

4. A dinâmica recente de investimento no sector: uma análise às políticas públicas de apoio ao turismo no Norte na última década



4 - A dinâmica recente de investimento no sector – uma análise às políticas públicas de apoio ao turismo no Norte na última década

O turismo, durante o período de vigência do Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006), foi objecto de vários tipos de apoios públicos. Na Região do Norte o Programa Operacional da Economia (POE/PRIME) e o Programa Operacional Regional (ON – “Operação Norte”) constituíram, sem dúvida, os principais instrumentos de financiamento desses apoios públicos. Através destes apoios pretendeu-se, por um lado, estimular e modernizar a qualidade da oferta dos serviços turísticos e, por outro, incentivar e dinamizar a procura de novos produtos. A vocação e a composição dos instrumentos financeiros previstos em cada um destes Programas foram diferentes, embora (desejavelmente) complementares.

No caso do POE/PRIME, o principal desígnio tem que ver com o reforço da competitividade económica do sector, sendo o financiamento destinado, preferencialmente, às iniciativas empresariais, através de um conjunto bastante diversificado de sistemas de incentivos.

No caso do Programa Regional (ON – “Operação Norte”), as preocupações foram mais de natureza transversal e visaram, em especial, a valorização do território. Deste modo, o financiamento disponibilizado por este Programa dirigiu-se a um leque mais diversificado de actores e de tipologias de projectos. Normalmente, os projectos que visam a qualificação territorial apresentam uma componente infra-estrutural mais significativa e, por isso, são financeiramente mais pesados, enquanto aqueles que se destinam à promoção regional e local são mais de natureza imaterial e, portanto, apresentam níveis de financiamento mais reduzidos.

■ Qualificação Territorial (ON) ■ Incentivos às empresas (POE/PRIME) ■ Valorização e Promoção (ON)

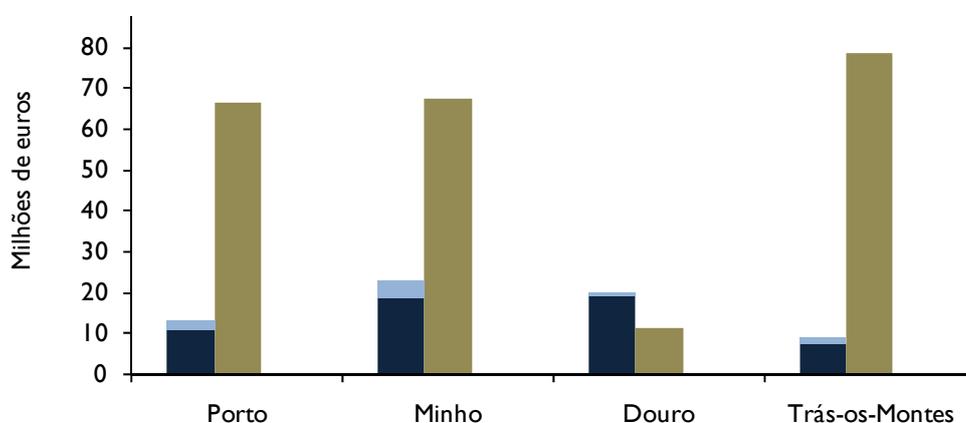


Figura 23- Investimento apoiado no QCA III pelos Programas POE/PRIME e ON no turismo

Fonte: PRIME, CCDR-N e cálculos próprios

Através da análise efectuada¹⁰, podemos concluir que, por via destes dois Programas, foi apoiado globalmente, na Região do Norte, investimento de cerca de 276 MEuros, dos quais 43% corresponde ao esforço público. Mais de 80% deste investimento foi financiado pelo POE/PRIME, através dos vários sistemas de incentivos de apoio à iniciativa empresarial (SIME, SIPIE, SIED, SIME internacional e SIVETUR).

Apreciando a distribuição espacial do investimento pelos quatro destinos turísticos da Região, verifica-se que foi no “Minho” onde se aprovou mais investimento, seguido de “Trás-os-Montes”, do “Porto” e, por fim, do “Douro”. No entanto, cerca de 58% deste desempenho de “Trás-os-Montes” tem que ver com um único projecto na área da hotelaria (VMPS – Águas e Turismo, SA).

Destaca-se o menor desempenho do “Douro”, que concentra 8,6% do investimento efectuado na Região do Norte. A excelência deste destino turístico, recentemente reconhecida, não teve, ainda, uma tradução expressiva na dinamização do investimento empresarial.

¹⁰ Esta análise foi efectuada com base na informação respeitante aos projectos aprovados nesta área que se encontra registada no Sistema de Informação de apoio à gestão do Programa Regional (SIGNO). No que respeita ao PRIME, a informação respeita, também aos projectos aprovados nesta área, cuja informação se encontra disponível em <http://www.prime.min-economia.pt/>.

Douro - Reconhecimento Internacional (CED)



O Douro foi o primeiro destino no mundo a ser objecto de avaliação pelo Centro Mundial de Excelência dos Destinos (CED). Das catorze categorias que o CED avaliou, sete obtiveram a classificação de excelência (Ambiente e Paisagem, Cultura e Património, Segurança, Vinhas, Transportes, Saúde e Bem-Estar, Alimentação e Bebidas) e duas obtiveram um desempenho elevado (Arqueologia e Informações e Acolhimento) (Bédard *et al.*, 2008).

É necessário, face, porventura, à debilidade do tecido empresarial de carácter local, uma aposta pública, primeiro, que permita, depois, alavancar o (desejável) investimento privado. Essa aposta materializou-se, nesse período de programação, nomeadamente na Acção Integrada de Base Territorial (AIBT) do Douro e o Programa Integrado Turístico Estruturante e Base Regional (PITER). Aliás, a existência destas duas intervenções específicas para o “Douro” poderá explicar, pelo menos em parte, o facto de ser aqui que se verifica uma predominância do investimento apoiado pelo Programa Regional em detrimento do veiculado pelo POE/PRIME.

■ Qualificação Territorial (ON) ■ Incentivos às empresas (POE/PRIME) ■ Valorização e Promoção (ON)

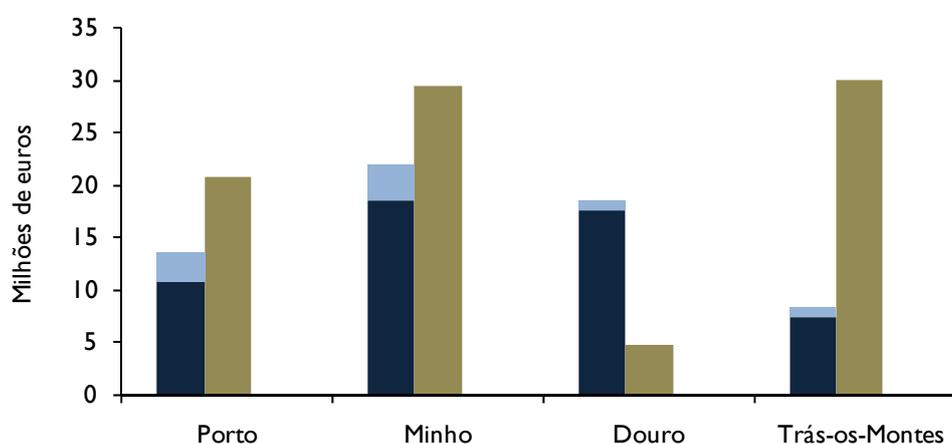


Figura 24 - Despesa pública aprovada no QCA III pelos Programas POE/PRIME e ON no apoio ao turismo

Fonte: PRIME, CCDR-N e cálculos próprios

Se considerarmos apenas a distribuição regional da despesa pública, os resultados são um pouco diferentes. Os projectos de qualificação territorial e de promoção regional e local (apoiados pelo Programa Regional), dispõem de uma taxa de co-financiamento

público mais significativa o que faz emergir, neste contexto, como mais prioritários no Programa Regional o “Minho” e o “Douro”.

Em conclusão, o “Douro” e “Trás-os-Montes” apresentaram uma menor dinâmica na captação de investimento apoiado pelo QCA III. A debilidade do tecido empresarial local poderá estar associado a esse desempenho. Importa, pois, promover investimento público qualificante que permita, depois, alavancar a iniciativa empresarial, quer seja endógena ou exógena. A excelência destes destinos, especialmente, a do “Douro”, está reconhecida. Importa, pois, tirar partido dela para a melhoria da competitividade das suas economias, de forma a potenciar a criação de mais e melhores empregos.

Desse ponto de vista, o actual período de programação não pode deixar de constituir uma grande oportunidade.

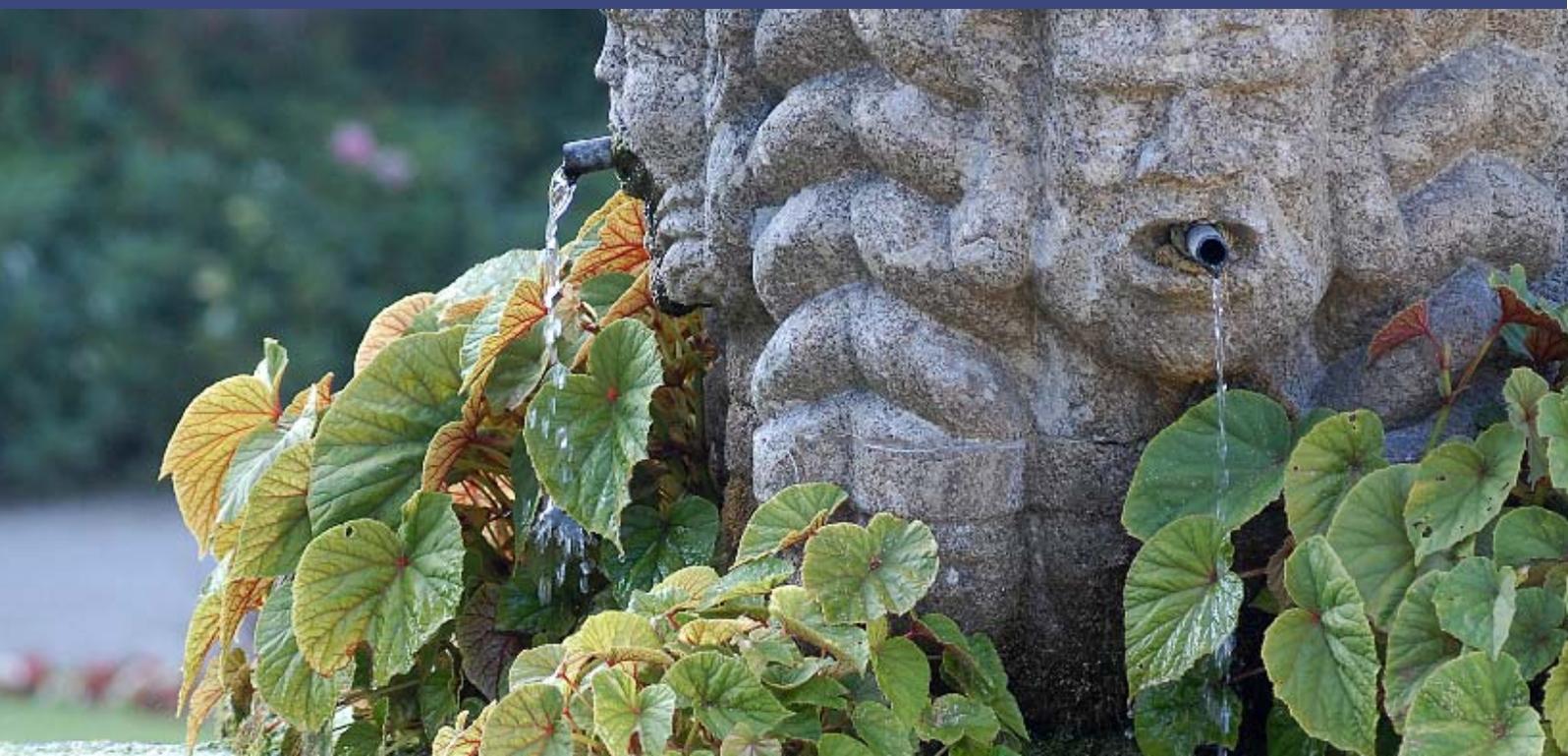
Em primeiro lugar, o actual Programa Regional (ON.2 – “O Novo Norte”) consagra um objectivo específico à “valorização económica da excelência turística regional”, onde se inclui a promoção do “Porto/Norte de Portugal” e a implementação do “Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD)”. Para a concretização deste objectivo foram lançados dois concursos (“Turismo Douro – Imaterial” e “Turismo Douro – Infraestrutural”). Entretanto, foram acreditados oito PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos”) na Região do Norte. Trata-se de iniciativas que visam a valorização económica de recursos distintivos de diversos territórios de baixa densidade. Em muitos PROVERE, essa valorização passa pela actividade turística, como são, neste contexto, os casos do “Aquanattur” e o do “Douro – Região Vinhateira”, assentes na dinamização de dois produtos turísticos considerados prioritários na ART (respectivamente, “Saúde e Bem Estar” e “Enoturismo”).

Em segundo lugar, encontra-se em desenvolvimento um conjunto significativo de políticas de qualificação e valorização do território; muito importante para a melhoria da qualidade da oferta turística, dada a relação entre a localização dos recursos (naturais, culturais, etc.) e a distribuição espacial desta actividade. Está, neste momento, em fase de aprovação o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Norte (PROT – Norte). Trata-se de um plano que, mais do que a tradicional visão normativa sobre a ocupação e uso do solo, procura encarar o

território como um recurso, e como tal, fundamental para a consecução de uma estratégia de desenvolvimento regional, em particular, das zonas (mais) do interior. Relevam, depois, as opções sobre Política de Cidades incluídas no ON.2., que se traduzem nos objectivos específicos de promoção de “operações para a excelência urbana e de redes urbanas para a competitividade” e “operações integradas em zonas prioritárias de regeneração urbana”. Face a estes objectivos, foram lançados quatro concursos, três para a constituição de “Parcerias para a Regeneração Urbana” e um para a dinamização de “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação”, onde se pretende consolidar um sistema regional mais policêntrico, reforçando, em cada um dos seus níveis, os centros urbanos considerados estruturantes.

Por fim, a alteração registada na governação dos destinos e regiões turísticas em Portugal; que, no caso da Região do Norte, se traduziu num modelo institucional (mais) assente nas diversas áreas turístico-promocionais, com destaque para a criação da Entidade Regional de Turismo do Norte e, em particular, do Pólo Turístico do Douro (Decreto-lei nº 67/2008 de 10 de Abril). Em paralelo, foi constituída a Unidade de Missão do Douro (Resolução de Conselho de Ministro nº 116/2006 de 20 de Setembro) que, de acordo com as suas competências, tem vindo a dinamizar a implementação do PDTVD.

5. Síntese conclusiva



5 – Síntese Conclusiva

- (i) Segundo os dados mais recentes da CST (2008, primeira estimativa) o contributo das actividades características do turismo para o VAB e emprego (total) nacionais é de, respectivamente, 5% e de 8%¹¹. Portugal, quanto à Balança Turística, caracteriza-se como um país receptor. O número de entradas de turistas tem aumentado nos últimos anos e os principais países de origem das receitas turísticas são, por ordem decrescente de importância, o Reino Unido, França, Espanha e Alemanha. A fronteira aérea é a via mais utilizada para entrar em Portugal e a sua importância tem crescido a face à fronteira rodoviária. A maior parte das dormidas nas unidades de alojamento turístico colectivo são de hóspedes não residentes.
- (ii) A importância deste sector na economia regional é um pouco menor do que a nível nacional - cerca de 4,3% do VAB e 6,3% do emprego da Região do Norte estão afectos ao ramo do “alojamento e restauração”. A procura, medida através das dormidas, é, na sua maioria, constituída por hóspedes residentes e a componente relativa ao mercado externo é praticada por hóspedes residentes em Espanha, França, Alemanha e Reino Unido.
- (iii) O Norte concentra 29% das unidades de alojamento turístico colectivo, mas isso corresponde apenas a uma quota de 17% em termos de capacidade de alojamento. Isto é, predominam na NUTS II Norte as unidades de pequena e média dimensão (como são as que se incluem no segmento do turismo em espaço rural);
- (iv) Esta característica distintiva resulta, por sua vez, das especificidades das diversas sub-áreas turístico promocionais em análise (“Porto”, “Minho”, “Douro” e “Trás-os-Montes”). Dentro delas, destacam-se, pela dimensão da actividade turística, o “Porto” e o “Minho”. Este será, porventura, um modelo de distribuição territorial da actividade que tem características estruturais muito vincadas. Dificilmente, será alterado, embora exista uma margem muito importante de crescimento no “Douro” e “Trás-os-Montes”. Agora, esse crescimento será assente em outros factores diferenciação que não aqueles que marcaram o desenvolvimento do turismo nas áreas mais do litoral. Será um turismo destinado a certos segmentos muito específicos da procura, valorizando-se, sobretudo, os principais recursos

¹¹ Relativamente ao emprego os dados reportam-se a 2007.

patrimoniais desses territórios (mais) do interior (paisagem, qualidade de vida, especificidades produtivas, cultura local, etc.).

- (v) A retração da procura interna e externa, resultante da actual crise internacional, tem vindo a acarretar consequências negativas para este sector na Região do Norte e no País. Esta situação torna muito difícil a realização de um balanço da actividade neste sector e, mais do que isso, de qualquer exercício prospectivo. A natureza disruptiva desta crise não permite analisar isoladamente os factores de natureza conjuntural e estrutural que impendem sobre o exercício da actividade turística. Todavia, a prioridade que lhe tem sido conferida no actual período de programação e, em consequência, os investimentos que têm vindo a ser realizados um pouco por todo o território desta NUTS II, poderão permitir, neste sector, uma saída da actual crise em melhores circunstâncias do que aquelas que se registavam ainda em 2007 e no primeiro trimestre de 2008.

Referências bibliográficas

- ANA – Aeroportos de Portugal S.A. (2008) – Relatório Anual de Tráfego 2008. < URL: <http://www.ana.pt/portal/page/portal/ANA/ESTATISTICA>>
- _____ (2007) – Estatísticas de Tráfego 2007. < URL: <http://www.ana.pt/portal/page/portal/ANA/ESTATISTICA>>
- _____ (2006) – Estatísticas de Tráfego 2006. < URL: <http://www.ana.pt/portal/page/portal/ANA/ESTATISTICA>>
- _____ (2005) – Estatísticas de Tráfego 2005. < URL: <http://www.ana.pt/portal/page/portal/ANA/ESTATISTICA>>
- Bédard, F.; Castañeda, C.; Hawkins, D.; Byrne, T.; Guerrero, J.; Haywood, M. (2008) – Vale do Douro – Norte de Portugal. Relatório Executivo do Sistema de Medição da Excelência nos Destinos. Porto: CCDR-N.
- Fazenda, N.; Alegria, E.; Braga, T.; Gomes, J. (2008) – Agenda Regional de Turismo. Plano de Acção para o Desenvolvimento Turístico do Norte de Portugal. Porto: CCDR-N.
- Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (2008) - Estudo conducente à Estratégia de Marketing e Definição da Identidade da Marca para o Turismo do PNP 2007/2015, Porto: ADETURN.
- Instituto Nacional de Estatística (2009) - Estatísticas do Turismo 2008. Lisboa: INE.
- _____ (2008) – Estatísticas do Turismo 2007. Lisboa: INE.
- _____ (2007) – Estatísticas do Turismo 2006. Lisboa: INE.
- _____ (2006) – Estatísticas do Turismo 2005. Lisboa: INE.
- _____ (2005) – Estatísticas do Turismo 2004. Lisboa: INE.
- _____ (2004) – Estatísticas do Turismo 2003. Lisboa: INE.
- _____ (2004) – Estatísticas do Turismo 2002. Lisboa: INE.
- _____ (2003) – Estudo da Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal. Relatório Final. Faro: INE – Direcção Regional do Algarve.
- _____ (2008) – Destaque, Conta Satélite do Turismo (2005-2007). < URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=11028767&DESTAQUEStema=55581&DESTAQUESmodo=2 >
- _____ (2008) – Destaque, Contas Regionais. < URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=26240695&DESTAQUEStema=55557&DESTAQUESmodo=2 >
- _____ (2009) – Destaque, Actividade Turística. < URL: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=56420722&DESTAQUEStema=55581&DESTAQUESmodo=2 >

Ministério da Economia e da Inovação (2006) – Plano Estratégico Nacional do Turismo. Lisboa:
TP.

UNWTO (2009) - World Tourism Barometer. Volume 7. N° 2. June 2009 –
http://unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom09_2_en_excerpt.pdf